

30 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Audiência de esquema de exploração sexual é adiada

Quinto processo, que tem Luiz Antônio de Souza, Antônio Crippa Neto e Rafaela Gomes como réus, apura crimes contra quatro vítimas

Celso Felizardo
Reportagem Local

O auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza e o empresário Antônio Crippa Neto, de Cambé, participaram ontem de uma audiência de instrução do quinto processo ligado ao esquema de exploração sexual desmontado em Londrina, em janeiro do ano passado. Foram ouvidas quatro vítimas e 17 testemunhas, sendo 12 da acusação e cinco de defesa. Rafaela Gomes, suposta aliciadora que também é ré no processo, apresentou atestado médico e não compareceu à audiência na 6ª Vara Criminal de Londrina.

Todas as vítimas ouvidas neste processo disseram que tinham mais de 14 anos à época dos fatos, o que não configura estupro de vulnerável, crime de maior gravi-

dade que é analisado em outros processos do esquema de exploração sexual. Esta é a quinta audiência de instrução de Souza. O auditor, que segue preso na unidade 1 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) é arrolado em 11 dos 36 inquéritos concluídos pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Já o nome de Crippa Neto aparece em outros cinco processos. Ele chegou a ser preso, mas atualmente cumpre prisão domiciliar.

Pela falta de uma testemunha arrolada na denúncia, a audiência precisou ser suspensa e será retomada na primeira quinzena do mês que vem. O promotor Thadeu Lima, da 14ª Promotoria de Justiça de Londrina, disse que o Ministério Público não abriu mão da testemunha pela importância das informações. “É um depoimento

que nos parece bastante importante para a elucidação dos fatos.”

Segundo ele, já foi expedida uma intimação à testemunha que deixou de comparecer. Em caso de nova recusa, ela poderá sofrer condução coercitiva, quando a testemunha é obrigada a prestar depoimento. Lima informou que assim que a última testemunha for ouvida, os réus devem prestar depoimento. A expectativa do promotor é que haja uma sentença até o meio do ano.

O advogado de Crippa Neto, Mário César Pinto, disse que as divergências de informações prestadas pelas vítimas comprovam a inocência do cliente. “No caso dele [Crippa Neto] é só uma única menina que o acusa, mas ele nega conhecê-la. Os depoimentos contraditórios reforçaram o que temos defendido”, comentou. Segundo o advogado, o fato do cliente aparecer em seis processos faz parte dos “tiros para todo lado” resultante da delação premiada.

“É um depoimento que nos parece bastante importante para a elucidação dos fatos”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Eduardo Duarte Ferreira, advogado de Luiz Antônio de Souza, também mencionou pontos de imprecisão nos depoimentos. “Os processos do meu cliente estão em estágio avançado, alguns comprovam fatos narrados, outros ainda estão obscuros, principalmente em relação à idade das vítimas. A delação dele foi efetiva e os fatos revelados por ele começam a se comprovar”, comentou. Para o promotor, os depoimentos das testemunhas foram consistentes e não apresentaram sinais de tentativa de simulação ou ocultação dos fatos.

30 MAR 2016

PRISÃO

O empresário Íris Matos Moreira, dono do motel de Londrina onde Luiz Antônio de Souza foi flagrado com uma menor no dia 13 de janeiro de 2015, voltou à prisão na manhã da última segunda-feira. De acordo com o Ministério Público, o empresário tentou subornar testemunhas para que elas mudassem os depoimentos. Ele foi levado para a PEL I. A reportagem não conseguiu contato com o advogado de Moreira até o fechamento da edição.

30 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz da Publicano recebe ação da PGE e nega liminar

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em decisão proferida no final da tarde de ontem, o juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, titular dos processos relativos à Operação Publicano que apura a existência de esquema de corrupção na Receita Estadual, recebeu a ação movida no começo de março pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que tenta anular o acordo de delação premiada do principal delator, o auditor fiscal Luiz Antonio de Souza.

No despacho, Nanuncio explica que a ação da PGE será apreciada como “incidente processual”, ou seja, o processo será anexado aos autos relativos ao acordo de delação premiada entre o Ministério Público (MP) e Souza, e não será, portanto, analisada “como ação declaratória de nulidade, haja vista a incompatibilidade de tal demanda com o rito processual penal”.

Por isso mesmo e por “não ter sido demonstrada a aventada urgência na apreciação do pleito”, o juiz deixou de se manifestar sobre o pedido de liminar. Concedeu prazo de cinco dias para manifestação do MP e da defesa de Souza, requeridos na ação da PGE.

Em 22 de março, Nanuncio já havia negado o mesmo pedido feito no processo relativo à delação, escrevendo que “não verifico qualquer dos vícios apontados pelo requerente”.

Dois dias depois, o juiz Fernando Andreoni Vasconcellos, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (onde a PGE também tentou anular o acordo) também indeferiu a liminar e se declarou incompetente, já que o acordo de delação foi homologado por Nanuncio. Por isso, remeteu o processo à 3ª Vara Criminal de Londrina.

O Estado, na petição, alega que o acordo de delação premiada, firmado em maio do ano passado, pode causar prejuízos ao erário porque considera o valor de R\$ 20 milhões que o delator aceitou devolver – na forma de duas fazendas no Mato Grosso – insuficiente para ressarcir os danos causados com o esquema de corrupção; diz ainda que os imóveis não têm laudo técnico de avaliação e que não estão em nome do delator, mas de “laranjas”; e que a anulação dos termos do acordo visa apenas regulamentar questões patrimoniais e não deve invalidar ou prejudicar as investigações.

Foi nos depoimentos ao MP que Souza fez acusações acerca do suposto uso de dinheiro de propina arrecadada pelos fiscais da Receita na campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), situações negadas tanto pelo partido quanto pelo governo.

30 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco

cumprido mandado de busca em gabinete de deputado

Gilberto Ribeiro (PRB) é suspeito de se apropriar de parte dos salários de duas ex-funcionárias da Assembleia Legislativa



Mariana Franco Ramos e
Adriana De Cunto
Reportagem Local

"Que a verdade apareça e que a Justiça prevaleça", afirmou Gilberto Ribeiro, ao negar as acusações

Curitiba - O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP) do Paraná, cumpriu ontem mandados de busca e apreensão na residência, no gabinete do deputado estadual Gilberto Ribeiro (PRB) e na 3ª Vice-Presidência da Assembleia Legislativa (AL), ocupada por ele. Equipes do órgão chegaram à Casa por volta das 8 horas e apreenderam documentos, computadores e comprovantes bancários. O objetivo é apurar possível apropriação, por parte do parlamentar, de valores de pelo menos duas servidoras da AL que trabalhavam para o político. Os policiais do Gaeco também estiveram na casa da chefe de gabinete de Ribeiro.

O coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, não deu detalhes sobre a operação. Segundo ele, como as denúncias dizem respeito a uma "autoridade política", a situação está na mesa do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. Batisti não quis comentar se o MP investiga outros casos de parlamentares que ficam com parte dos vencimentos de seus funcionários. Disse apenas que sempre que denúncias nesse sentido chegam ao Ministério Público, elas são apuradas. As investigações vieram à tona em novembro do ano passado, quando uma das então funcionárias prestou depoimento no Gaeco e autorizou a quebra do próprio sigilo bancário para comprovar a suposta irregularidade.

O deputado chegou à sessão plenária de ontem pouco mais de uma hora após o início, às 15h30, e logo subiu à tribuna para negar as acusações. "Eu peço a quem está nos acompanhando, aquelas pessoas que conhecem a trajetória do Gilberto Ribeiro, que me deem um voto de confiança. É isso que a gente pede. Nas redes sociais, as pessoas acabam lendo a manchete e imediatamente já vem a condenação. Eu repito: a investigação do Ministério Público é mais do que necessária. Mas o slogan do Gilberto Ribeiro continua o mesmo: que a verdade apareça e que a Justiça prevaleça", afirmou.

CONTINUA

Mais cedo, sua assessoria havia emitido nota, informando que agendas, fichas financeiras, planilhas, holerites e registros documentais foram disponibilizados ao Gaeco.

O parlamentar contou ainda que os policiais apreenderam em sua residência R\$ 1.700, que ele havia sacado no dia anterior, em uma agência bancária localizada na AL. O dinheiro seria fruto da comissão que recebe no Grupo RIC, em Curitiba, onde atua como radialista e apresentador. "Aliás, não sei se vou continuar lá trabalhando, porque ligam uma coisa com a outra e eu entendo aqui o lado empresarial do doutor Leonardo Petrelli (presidente da empresa). Se for para o bem da emissora, a gente continua, agora, ficar ligando corrupção, ladroagem, roubalheira, ao veículo de comunicação, eu após 36 anos trabalhando em veículos de comunicação, prefiro me afastar, e quem sabe amanhã ou depois voltar, com a cabeça erguida", prosseguiu. Ribeiro frisou que suas duas únicas fontes de renda são a Assembleia e a TV.

REPERCUSSÃO

O presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), se disse muito preocupado com a situação, no entanto, afirmou que não cabe à AL conduzir as investigações. "Não posso entrar na vida do parlamentar. Eu já afirmei aqui que o deputado tem responsabilidade total sobre o seu gabinete. Portanto, não tenho como fazer checagem nesse sentido. Acho que é uma denúncia grave, claro, o momento é crítico. Há

uma repulsa hoje da sociedade como um todo em relação à classe política. Eu realmente me preocupo muito como presidente de um poder. Agora, também não vou entrar no mérito da defesa. Acredito que se for comprovado, deve ser punido", comentou.

Já o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Pastor Edson Praczyk (PRB), que é correligionário de Ribeiro, preferiu não se pronunciar a respeito. De acordo com ele, a comissão só age quando "provocada". O próprio Praczyk já foi alvo de uma apuração do Gaeco, apontando que contratou companheiras de pastores da igreja evangélica da qual participa como "funcionárias fantasmas". Conforme reportagem exibida pelo telejornal Paraná TV em maio de 2015, o político e o servidor da AL Luis Alberto de Lima tiveram R\$ 308,4 mil de seus bens bloqueados pela Justiça. Ele também nega qualquer irregularidade.

30 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Governo defende no STF posse de Lula como ministro

Gustavo Aguiar
Agência Estado

Brasília - A presidente da República, Dilma Rousseff, enviou ontem uma manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) em que defende o interesse público na nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil, e diz que não há nada de ilegal em conversa que foi grampeada entre os dois na Operação Lava Jato. Dilma aparece na gravação antecipando o envio de um termo de posse a Lula, que foi interpretado como uma manobra para livrar o ex-presidente do juiz Sérgio Moro, que conduz a Lava Jato na pri-

meira instância. "O conteúdo do diálogo nada tem de ilegal ou desabonador de sua conduta", diz o documento.

De acordo com a manifestação, a conversa entre Dilma e Lula refere-se a tramites burocráticos relativos à prática do ato de posse. O ofício reitera ainda a competência "inarredável e circunscrita" da presidente Dilma para nomear ministros e alega que a eventual intromissão do Judiciário no ato interfere o princípio da separação de poderes. O ofício também afirma que a nomeação de Lula como ministro é política e serve para ajudar o governo a superar a crise atual no País. Para o governo, impe-

dir Lula de assumir a Casa Civil seria uma "grave afronta" à Constituição, já que o ex-presidente não tem contra si nenhuma condenação e está em pleno exercício de seus direitos políticos. Dilma também reitera que a indefinição sobre o caso deixa sem liderança uma pasta considerada estratégica para o Executivo.

O documento atende a pedido do ministro Teori Zavařski, relator no Supremo de uma ação ajuizada pelo PSB que questiona a nomeação de Lula ao cargo no executivo. A manifestação, subscrita pela presidente, foi elaborada pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Casa Civil.

Cunha prevê que impeachment se arrastará até outubro

Agência Estado

Brasília - Numa visão mais realista do andamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), trabalha com um prazo que estenderia o trâmite do afastamento até outubro, mês das eleições municipais. Nas contas do peemedebista, a Casa conclui o exame da admissibilidade da ação no máximo em 19 de abril, passando o processo para o Senado até 30 de abril. O calendário de Cunha considera os prazos regimentais para análise do impeachment de Dilma. Na próxima segunda-feira termina o

prazo para que a petista entregue sua defesa à comissão especial. No dia seguinte, começa a contar o prazo de cinco sessões para a comissão apreciar e votar o parecer o relator Jovair Arantes (PTB-GO) e só no dia 12 de abril seria votado o documento. O relator trabalha com a possibilidade de apresentar o relatório antes das cinco sessões para acelerar o processo. O relatório precisa ser publicado no Diário da Câmara, o que aconteceria no dia 13, e o impeachment só poderá ir para pauta 48 horas após a publicação, ou seja, o pedido de impeachment estaria apto para votação a partir do dia 16, no máximo 19. As contas não incluem

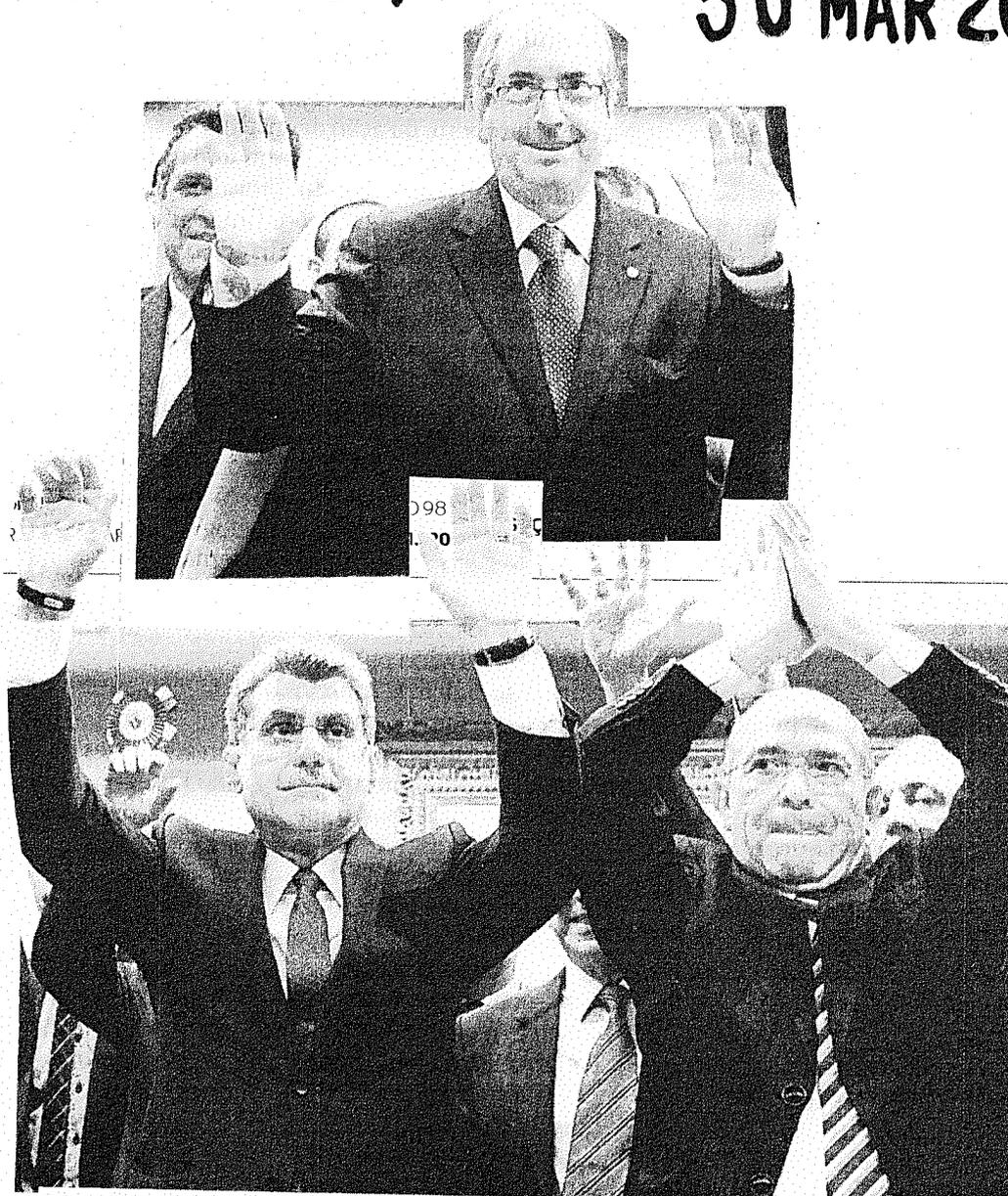
a possibilidade dos governistas judicializarem o processo.

Na contabilidade de Cunha, o Senado receberia o pedido de impeachment entre os dias 26 e 30 de abril. A votação no plenário do Senado que definirá o afastamento imediato do cargo está prevista para primeira quinzena de maio. Se Dilma for afastada, assume provisoriamente o vice Michel Temer. A partir da segunda quinzena deste mês começaria a contar o prazo de 180 dias de prazo de julgamento por suposto crime de responsabilidade. Será nessa sessão que o Senado será presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

30 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA
MILITÃO

● O jurista Miguel Garcia Medina vem a Londrina, dia 31 de março, para falar sobre o novo Código de Processo Civil. Ele ministrará uma aula sobre o tema na sede da Subseção da OAB a partir das 19h30. Em seguida, o professor e advogado também fará o lançamento do livro Novo Código de Processo Civil Comentado. Inscrições custam R\$ 30. As vagas são limitadas.



Eduardo Cunha, presidente da Câmara, Romero Jucá, ex-líder do governo no Senado, e Eliseu Padilha, ex-ministro de Dilma: caciques do PMDB deram aval ao fim da aliança.

PMDB sai do governo para seguir no poder

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

30 MAR 2016

Partido rompe coalização e aposta todas as fichas no impeachment de Dilma Rousseff. Objetivo é pôr vice Michel Temer na Presidência

Euclides Lucas Garcia

● Em 31 anos de redemocratização no Brasil, o PMDB esteve presente em todos os governos. Agora, decidiu apostar todas as suas fichas no impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) para deixar de ser apenas copiloto na condução do país. Em uma reunião de três minutos nesta terça-feira (29), o partido rompeu formalmente com a petista.

Sem um nome competitivo nacionalmente desde a morte de Ulysses Guimarães em 1992, os peemedebistas contam os dias para assumir a Presidência de maneira indireta pela terceira vez na Nova República — antes com José Sarney e Itamar Franco e, desta vez, com Michel Temer.

Com a votação do processo de impeachment pré-agendada para o dia 17 de abril — um domingo de ruas provavelmente tomadas —, o PMDB calculou a decisão como golpe de misericórdia no governo Dilma. Sabendo da força que tem no Congresso, o partido saiu do barco petista e enterrou de vez o pouco que restava de governabilidade no Planalto.

Na prática, a curta história da Nova República mostra ser praticamente impossível governar sem o PMDB. Ao longo de três décadas, a legenda só não teve representação nos ministérios na reta final da gestão Fernando Collor, em 1992, e no primeiro ano de mandato de Lula, em 2003. “O impeachment é a única maneira de o PMDB assumir a Presidência, já que eles não têm um candidato viável para 2018. Eles sabem que amanhã (quarta-feira) outros partidos vão segui-los e será o fim da linha para a Dilma”, avalia o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília.

Mesmo nos momentos mais tensos, o PMDB jamais rompeu completamente com qualquer dos presidentes aos quais se aliou. Na primeira eleição vencida por Lula em 2002, por exemplo, apesar de ter indicado o vice na chapa de José Serra (PSDB), o partido demorou poucos meses para indicar

ministros e compor o governo do petista. “O norte do PMDB é o poder. E agora, a oportunidade de atingi-lo é via impeachment”, afirma o cientista político Mário Sérgio Lepre, da PUCPR.

Divisão interna

O desembarque do governo Dilma, no entanto, não significa que todos os 68 deputados peemedebistas votarão pelo afastamento da presidente. Além disso, dos sete ministros que a legenda tinha até segunda-feira (28), pelo menos três resistem em entregar o cargo: Kátia Abreu (Agricultura); Celso Pansera (Ciência e Tecnologia); e Marcelo Castro (Saúde).

“O Temer apostou tudo no impeachment, numa medida extremamente oportunista. Fazemos parte do governo há mais de 12 anos e agora, às vésperas da votação do impedimento da presidente, da qual o partido será o maior beneficiado, há esse rompimento?”, critica, sob condição de anonimato, um dos 119 integrantes do diretório nacional do partido.

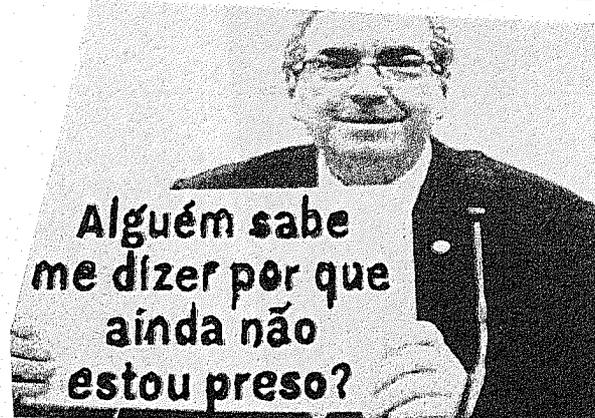
30 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Assinaturas contra corrupção chegam a Brasília

● Representantes de mais de 60 entidades civis entregaram ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), documentos com mais de duas milhões de assinaturas

(2.028.263) de apoio ao pacote de dez medidas de combate à corrupção elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF), especialmente por procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato, de Curitiba. As assinaturas darão base à conversão das propostas em projetos de lei de iniciativa popular. A iniciativa do MPF tem o apoio de vários setores da sociedade.



30 MAR 2016

GAZETA DO POVO

● MANOBRA

Cunha aprova proposta que altera Conselho de Ética

Projeto que muda composição de comissões pode ajudar presidente da Câmara a escapar da cassação

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, comandada pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), aprovou ontem um projeto de resolução que altera a composição de comissões, inclusive a do Conselho de Ética e da Comissão Especial do Impeachment.

A resolução 133/2016 prevê o recálculo da proporcionalidade partidária na Câmara após o troca-troca partidário. A medida, que ainda precisa ser aprovada em plenário, atinge todas as comissões, inclusive aquelas em que os membros são eleitos, como o Conselho de Ética, que pode decidir pela cassação do mandato de Cunha.

Hoje, 11 dos 21 votos do

colegiado são contrários a Cunha. Três deputados que se opõem ao peemedebista trocaram de partidos e podem ser afetados pela resolução que, se aprovada em plenário, "produzirá efeitos imediatos sobre todos os órgãos da Câmara dos Deputados". O texto prevê ainda a interrupção de mandatos em curso, caso do conselho.

Partidos de oposição pretendem apresentar emenda para impedir alterações no Conselho de Ética. "Não aceitamos votar o projeto de resolução da forma como ele se encontra. Não aceitamos mudanças no Conselho de Ética. O conselho foi eleito. Não aceitamos qualquer mudança lá", afirmou o líder do DEM, Pauderney Avelino (AM).

RENÚNCIA

É cada vez mais recorrente a tese de que Eduardo Cunha pode abrir mão da Presidência da Câmara para salvar o mandato de deputado. A cassação é a pena máxima que o Conselho de Ética pode lhe conferir.

“É uma tentativa escandalosa do Cunha de tentar salvar seu mandato no Conselho de Ética.”

Alessandro Molon, deputado, líder da Rede.

30 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Acusados no escândalo dos trens durante o governo Serra viram réus

● A Justiça de São Paulo aceitou nova denúncia criminal sobre o cartel de trens em São Paulo e transformou em réus cinco executivos que trabalharam para a Alstom e para a CAF.

Segundo o Ministério Público de São Paulo, eles teriam participado de fraudes em licitação de R\$ 1,8 bilhão em 2009 e 2010, durante a gestão do hoje senador José Serra (PSDB) à frente do governo paulista.

A concorrência visava a compra, a reforma e a manutenção de trens pelo prazo de 20 anos para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

A decisão da juíza Rosane Cristina de Aguiar Almeida foi tomada na segunda-feira (28).

Um dos indicadores de fraude na licitação, segundo o promotor Marcelo Mendroni, foi o preço apresentado pela CAF, que concorreu sozinha e venceu a disputa.

O preço ofertado tinha uma diferença de 0,0099% em relação ao valor de referência, o montante fixado pela CPTM como o preço máximo que seria aceito.

Outros indícios de fraude foram encontrados em e-mails trocados entre os executivos.

MAFIA DA MERENDA Ex-presidente da Assembleia de São Paulo é preso

● A Polícia Civil prendeu, na manhã de ontem, o ex-presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Leonel Julio, o presidente da União dos Vereadores do Estado, Sebastião Miziara, e outras cinco pessoas acusadas de ligação com a "Máfia da Merenda". Todos eles são alvo de mandados de prisão temporária expedidos pela Justiça de Bebedouro, no interior paulista. As prisões fazem parte da "Operação Alba Branca", que investiga uma quadrilha acusada de fraudar contratos para fornecimento de merenda a pelo menos 22 prefeituras paulistas, além do governo do estado. Os outros detidos seriam representantes da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), principal responsável pelo esquema. Julio, de 80 anos, foi presidente da Assembleia em 1976, durante o regime militar. Integrante do MDB, ele acabou tendo seu mandato cassado e perdendo seus direitos políticos por dez anos após se envolver em um escândalo. Ele voltaria à vida pública em 1989, como deputado federal. O filho dele, Marcel Ferreira Julio, apontado como principal operador do esquema, está foragido desde 19 de janeiro, quando foi deflagrada a primeira fase da Alba Branca.

30 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Moro pede desculpas ao STF por divulgar grampings

Juiz negou motivação político-partidária e disse que não tinha objetivo de criar polêmica ou conflitos

| *Katna Baran, com Folhapress*

● O juiz Sergio Moro afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a divulgação dos áudios do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive o telefonema com a presidente Dilma Rousseff (PT), não teve motivação político-partidária nem o objetivo de criar polêmicas ou conflitos.

O juiz admite que pode ter errado no entendimento jurídico adotado no caso, mas pede, em três momentos no texto, “respeitosas escusas” ao STF por ter dado publicidade ao material. Apesar disso, no documento, Moro afirma que decidiu pela publicidade dos áudios considerando que alguns deles caracterizam tentativa de obstrução à Justiça e intenção de “intimidar as autoridades responsáveis pela investigação e processo”.

“Para sintetizar esses atos e tentativas, relembro aqui o

diálogo acima transcrito do ex-Presidente no qual, ao referir-se aos responsáveis pelos processos atinentes ao esquema criminoso da Petrobras e ao que deveria ser feito em relação a isso, disse, sem maiores pudores, que ‘ELES TÊM QUE TER MEDO’. Não se trata de uma afirmação que não gere naturais receios aos responsáveis pelos processos atinentes ao esquema criminoso da Petrobras”, escreve Moro.

Segundo o magistrado, a derrubada do sigilo das escutas feitas pela força-tarefa da Lava Jato também foi provocada porque ele avaliou que “não haviam sido alcançadas condutas criminais” das autoridades com foro privilegiado que foram alcançadas nas gravações e que só podem ser investigadas com aval do STF.

Lula e Dilma

Sobre as conversas de Lula envolvendo Dilma, o juiz disse que “no momento, de fato, não [foram] percebidos eventuais e possíveis reflexos para a própria Exma. presidente da República”.

Sobre o último áudio com Dilma, interceptado depois de decisão pela interrupção das escutas, Moro explica que

DEFESAS

A presidente Dilma enviou ontem uma manifestação ao STF em que defende o interesse público na nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil, e diz que não há nada de ilegal em conversa que foi grampeada entre os dois na Lava Jato. Em nota, o Instituto Lula disse que o ex-presidente é vítima de um “complô” e de uma “caçada parajudicial” por parte de agentes públicos.

não havia “atinado” para o horário da conversa, o que motivou novo despacho. “Quanto ao conteúdo, da mesma forma que os demais, entendeu este julgador que ele tinha relevância jurídico-criminal para o ex-Presidente, já que presente a apuração se a aceitação por ele do cargo de Ministro Chefe da Casa Civil teria por objetivo obter proteção jurídica contra as investigações”, justifica o magistrado sobre a manutenção do diálogo nos autos. Na conversa, a petista diz a Lula que encaminharia a ele o termo de posse para que fosse usado em “caráter de necessidade”.

30 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Gaeco faz operação na Assembleia

Katia Brembatti

● O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) — braço policial do Ministério Público do Paraná (MP-PR) — cumpriu ontem dois mandados de busca e apreensão na Assembleia Legislativa do Paraná.

Um foi no gabinete do deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB) e outro na terceira-secretaria, que está sob o comando do mesmo parlamentar.

Os policiais também buscaram computadores e documentos na casa do parlamentar e de uma secretária.

O coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, destacou que a ação integra a investigação que apura se Ribeiro se apropriou de parte dos salários de servidores. A suspeita foi publicada pela *Gazeta* em novembro de 2015.

Batisti não informou mais detalhes da operação com o argumento de que poderia atrapalhar a apuração do caso.

A investigação está sendo tocada pelo gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, já que o deputado tem direito a foro privilegiado.

A assessoria de imprensa do deputado Gilberto Ribeiro informou que ele está colaborando com a investigação e que nega qualquer desvio de recursos.



Mandados de busca e apreensão miram deputado Gilberto Ribeiro.

Destacou também que ainda se trata de uma apuração, sem fatos comprovados e que foram disponibilizados para os investigadores holerites, agendas, fichas financeiras, planilhas e demais registros documentais.

Ribeiro não apresentou nesta terça o programa Balanço Geral, na RIC TV. Ele deveria participar de um evento no calçadão da XV de Novembro, em comemoração ao aniversário da cidade, mas não compareceu.

ASPAS

Gilberto Ribeiro usou a tribuna da Assembleia ontem para se defender. Disse que espera que "a verdade apareça e que a justiça prevaleça".

30 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Projeto promove seis casamentos coletivos Irpen na Comunidade percorre cidades do interior do estado realizando cerimônias

A partir de hoje, 30 de março, os casais das cidades de Ortigueira, Imbaú (30/03), Jaguariaiva, Ibaiti (31/03), Ventania e Tibagi (01/04) poderão oficializar sua relação, gratuitamente, em uma grande cerimônia coletiva. No total, 355 pares participarão do "Dia do Sim", como parte do projeto "Irpen na Comunidade", realizado pelo Instituto do Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná (Irpen-PR) em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) e o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (Funarpen) há um ano e meio.

De acordo com o diretor de Registros de Títulos e Documentos da Anoreg-PR e presidente do Irpen-PR, Arion Cavalheiro, o projeto é uma demonstração da preocupação dos cartórios em cumprir o seu papel social e apoiar a população. "Muitos desses casais aguardam anos pela oportunidade de casar oficialmente, especialmente porque nem sempre podem arcar com os custos", explica. Foi com esse pensamento que, até outubro de 2015, o "Irpen na Comunidade" promoveu mais de 4 mil uniões legais.

Todos os participantes do "Dia do Sim" residem nas cidades dos eventos, são de diferentes faixas etárias e ninguém terá que desembolsar alguma

Este projeto é um trabalho de responsabilidade e inclusão social dos registradores civis do Paraná

Arion Toledo Cavalheiro Junior,
Diretor de Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas
da Anoreg-PR

quantia para participar da cerimônia. Cavalheiro conta que o casamento coletivo tem como objetivo dar oportunidade a todos, em um grande momento de realização. Normalmente, são conversões de união estável em casamento, ou seja, pessoas que já vivem juntas e buscam regularizar sua situação. Nas cidades de Ortigueira e Ibaiti, a cerimônia será oficializada por um Juiz de Paz. Já em Imbaú, Jaguariaiva, Ventania e Tibagi, será um juiz de direito.

O casamento civil é o tipo de união em que o Estado concede direitos e impõe obrigações ao casal. Sua oficialização tem diversos efeitos jurídicos como, por exemplo, a escolha do regime de bens entre os cônjuges e o acesso a benefícios sociais de programas do governo. "Além disso, é uma forma de ressaltar a importância do registro civil e o papel dos cartórios na

prestação do serviço e no cumprimento de sua função social", reitera, acrescentando que o projeto é um trabalho de responsabilidade e inclusão social dos registradores civis do Paraná.

O casamento coletivo contribuiu no aumento do número de casais registrados nos últimos anos. De acordo com um levantamento realizado pela Anoreg-PR, entre 2010 e 2014, a procura pela união aumentou 21%. Para o procedimento legal do casamento, em um cartório de Registro Civil, é necessária a presença de duas testemunhas maiores de 18 anos, que atestem conhecer o casal e afirmem não existir impedimento legal que os iniba de casar.

O projeto "Irpen na Comunidade" já percorreu cerca de 70% do Paraná, representados por 14 mil quilômetros. Além de casamentos, ele também combate o sub-registro de nascimento.

30 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer defende privatizações e Judiciário

Destaque em evento com tucanos, peemedebista elogia fim de monopólio estatal e diz que iniciativa privada melhora país

Horas antes de partido deixar oficialmente o governo, vice discursa, via teleconferência, em seminário em Lisboa

GIULIANA MIRANDA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM LISBOA

Horas antes de o PMDB deixar oficialmente o governo, o presidente do partido e vice de Dilma, Michel Temer, participou por videoconferência de um evento jurídico com a presença de tucanos em Portugal e aproveitou para elogiar a atuação do poder Judiciário, em contraste com ataques feitos pela presidente Dilma Rousseff ao juiz federal Sergio Moro.

Também elogiou as privatizações ocorridas na década de 1990, em linha com seu programa "Uma Ponte para o Futuro", que defende ideias liberais.

Com a coordenação do ministro Gilmar Mendes, do Supremo, e a participação dos senadores do PSDB José Serra (SP) e Aécio Neves (SP), o 4º Seminário Luso-Brasileiro de Direito teve início com uma mensagem gravada por Temer.

"As instituições do nosso país estão funcionando muito bem: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Judiciário hoje tem uma presença muito forte, muito significativa, que há de ser saudada por todos aqueles que se preocupam com um bom comportamento ético e político", afirmou.

O vice destacou o fim do monopólio estatal em diversos setores, como o de telecomunicações, o de gás, a navegação de cabotagem e as concessões de rodovias federais. Segundo Temer, "o fato de estarmos a prestigiar a iniciativa privada melhora muito o cenário nacional".

"Quebramos monopólios estatais que tinham uma visão de que o Estado é que deve fazer tudo. Avançamos para dizer que a iniciativa privada pode colaborar muitíssimo."

Sem citar a crise política atual, Temer elogiou os protestos de junho de 2013.

"Esses protestos [de junho de 2013] foram criticados por muitos, mas foram por mim saudados, porque eles revelaram uma nova fase na democracia do país. Há novas realidades no Brasil e isso gera uma terceira fase na democracia, uma democracia da eficiência", completou.

Temer seria o orador principal da abertura do seminário, mas cancelou sua presença durante o fim de semana devido à reunião do PMDB que selou a saída do governo.

SERRA HOSTILIZADO

Sob vaias e gritos de "não vai ter golpe", Serra foi recebido por cerca de 40 pessoas que protestavam contra o impeachment. O tucano chegou ao local acompanhado do ministro do STF Dias Toffoli, que também foi alvo dos protestos.

Outros palestrantes usaram uma entrada secundária para evitar o ato.

30 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Acusados no cartel de trens de SP viram réus

Executivos da Alstom e CAF teriam fraudado licitação de R\$ 1,8 bi na gestão Serra (PSDB)

A Justiça de São Paulo aceitou nesta segunda (28) nova denúncia criminal sobre o cartel de trens no Estado e transformou em réus cinco executivos que trabalharam para a empresa de material ferroviário francesa Alstom e dois da espanhola CAF.

Segundo o Ministério Público de São Paulo, eles participaram de fraudes em uma licitação de R\$ 1,8 bilhão em 2009 e 2010, na gestão do hoje senador José Serra (PSDB) à frente do governo paulista.

A concorrência visava a compra, reforma e manutenção de trens por 20 anos para a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos).

Um dos indicadores de fraude, segundo o promotor Marcelo Mendroni, foi o preço apresentado pela CAF, que concorreu sozinha. O montante ofertado tinha uma diferença de 0,0099% em relação ao valor de referência, fixado pela CPTM como quantidade máxima que seria aceita.

Outros indícios de fraude foram encontrados, diz Mendroni, em e-mails trocados pelos réus. Um deles, do então diretor da Alstom Cesar Ponce de Leon, diz a executivos da empresa: "Quanto ao convite aos 'boinas', lhe expliquei que não há nada combinado, que buscávamos dividir o capital e eliminar ao mesmo tempo um competidor". "Boina" era a forma como a CAF era chamada na Alstom, diz o Ministério Público.

Em outro e-mail, empregados da multinacional francesa relatam pretender juntar os concorrentes (CAF, Bombardier, Siemens, MGE, Mitsui e Tejofran) num "único grupo".

Os cinco executivos da Alstom já haviam sido denunciados por crime contra a ordem econômica. Dois deles ainda pertencem aos quadros da empresa. Os dois executivos ligados à CAF haviam sido denunciados por crimes contra a administração pública.

A notícia foi divulgada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pela **Folha**.

Até agora, nenhum funcionário da CPTM foi acusado.

OUTRO LADO

A Alstom informou que "irá colaborar com as autoridades" e frisou que a ação tem como parte pessoas físicas. "A empresa opera de acordo com um código de ética e com todas as leis e regulamentos dos países onde atua."

A CAF também afirmou colaborar com as investigações e atuar "estritamente dentro da legislação brasileira".

Serra disse em outras ocasiões que seu governo reduziu o preço de compra de trens.

A **Folha** não conseguiu entrar em contato com os réus da ação. (PAULA REVERBEL)

30 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Operação

contra máfia

da merenda

prende sete

Deflagrada nesta terça (29), segunda fase deteve ex-presidente da Alesp

Alba Branca investiga pagamento de propina e fraude em licitações de merenda em SP na gestão Alckmin (PSDB)

MARCELO TOLEDO
ENVIADO ESPECIAL A BEBEDOURO (SP)
THAIS ARBEX
DE SÃO PAULO

A segunda fase da operação Alba Branca, que apura fraudes na merenda escolar em São Paulo, prendeu sete pessoas nesta terça-feira (29), entre elas um ex-presidente da Assembleia Legislativa, e vai chegar a agentes públicos nas próximas etapas, segundo o Ministério Público.

A operação apura suposto pagamento de propina em contratos superfaturados de merenda com a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) e já identificou 20 prefeituras com contratos liquidados com a Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), entre 2013 e 2015, envolvendo R\$ 7 milhões, dos quais ao menos R\$ 700 mil foram pagos em propinas.

O valor deve crescer, pois há cerca de 70 administrações investigadas.

A Coaf é apontada como a responsável pelo esquema conhecido como "máfia da merenda". O atual presidente da Assembleia paulista, Fernando Capez (PSDB), foi citado como destinatário de propina por ex-dirigentes da Coaf.

Entre os presos da terça estão Leonel Julio, ex-presidente da Alesp nos anos 70 (hoje sem partido), que teria atuado como lobista com seu filho Marcel Ferreira Julio, foragido.

Ainda conforme o Ministério Público, três dos sete detidos têm vínculo familiar: Emerson Girardi, ex-vendedor da Coaf, é primo de Aluizio Cardoso e sobrinho de Sebastião Misiara, que atuaram como lobistas usando a influência de Misiara, presidente da Uvesp (União dos Vereadores de São Paulo).

O sétimo preso é Carlos Eduardo da Silva, então diretor da cooperativa e funcionário da Casa da Agricultura de Monte Azul Paulista, do governo do Estado.

Eles são suspeitos de formação de organização criminosa, fraudes em procedimentos públicos, falsidade ideológica, corrupções passiva e ativa e peculato. As provas foram obtidas, segundo a

Promotoria, por meio de interceptações telefônicas, análise de documentos apreendidos na primeira fase, em janeiro, e depoimentos. As propinas chegavam a 30% sobre os valores dos contratos.

A investigação vai chegar a agentes públicos, segundo Romanelli. "Nada teria havido sem que no final da ponta houvesse um agente público para garantir a contratação da Coaf e receber o dinheiro da propina."

Delegado de Bebedouro, José Eduardo Vasconcelos disse que será proposta delação premiada aos presos.

A tarde, na capital, cerca de 150 estudantes secundaristas marcharam na av. Brigadeiro Luis Antonio até a Assembleia, pedindo CPI sobre o desvio das merendas e contra a reorganização escola.

OUTRO LADO

Pedro Menin, advogado de Leonel Julio, disse que o ex-deputado "não tem nada para esconder". "Ele vai prestar os esclarecimentos necessários." Ele disse que negociava a apresentação de Marcel, filho de Leonel, mas as prisões adiaram a decisão.

Misiara, hoje sem partido, foi "pego de surpresa", segundo sua advogada, Cláudia Seixas, pois já havia se colocado à disposição para prestar depoimento. Advogado de Santos, Cesar Andrade Correia disse crer que seu cliente seja libertado na quarta (30).

Capez disse repudiar a citação de seu nome e que está à disposição para colaborar. A reportagem não conseguiu ouvir defesas dos outros presos.

30 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro pede desculpas ao STF por polêmica causada por gravações

Em resposta ao Supremo, juiz da Lava Jato diz que 'pode ter errado' em divulgação de grampos

Para Moro, publicidade de diálogo objetivava evitar que Lula tentasse obstruir a Justiça e não compromete Dilma

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O juiz Sérgio Moro afirmou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que a divulgação dos áudios do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive do telefonema com a presidente Dilma Rousseff, não teve motivação política nem tinha o objetivo de "criar polêmicas ou conflitos".

O juiz admite que pode ter errado no entendimento jurídico adotado no caso e pede, em três momentos em sua manifestação, "respeitosas excusas" ao Supremo pelos efeitos da divulgação das escutas telefônicas.

Segundo Moro, a derrubada do sigilo das gravações feitas pela força-tarefa da Lava Jato foi provocada porque ele avaliou que "não haviam sido alcançadas condutas criminais" das autoridades com foro privilegiado, que só podem ser investigadas com aval do Supremo.

O juiz defendeu ainda que os áudios revelam que o ex-presidente aparentemente

tentou obstruir as investigações da Lava Jato, e que a publicidade "era a melhor maneira de prevenir novas condutas ou tentativas de obstrução ou intimidação da Justiça" pelo petista antes que tomasse posse na Casa Civil.

Sobre as conversas envolvendo Dilma, o juiz disse que "no momento, de fato, não foram percebidos eventuais e possíveis reflexos para a própria Exma. presidente da República" com a divulgação.

"Apesar desse diálogo interceptado ser relevante na perspectiva jurídico criminal para o ex-presidente Lula, já que indica o propósito de influenciar, intimidar ou obstruir a Justiça, no que se refere à Exma. presidente da República, não há qualquer manifestação dela assentindo com esse propósito", diz.

"Não havia causa para, por conta dele, remeter o processo ao Supremo", justifica.

Moro disse que não havia percebido que a ligação da presidente Dilma para falar com Lula sobre termo de posse na Casa Civil foi gravada após o horário definido por ele para as interceptações.

A manifestação de Moro foi uma resposta ao pedido de explicações feito pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF. Na semana

passada, o ministro considerou a divulgação dos áudios ilegal e determinou que o juiz enviasse as investigações de Lula ao STF para decidir se as apurações continuarão no Paraná ou na corte.

APELO

Em seminário nesta terça (29) em São Paulo, Moro convocou setores da sociedade a se engajar no combate à corrupção, que afirmou ser "um problema suprapartidário".

"A Justiça tem um papel nesses processos relativo à corrupção, mas ela, sozinha, não resolve. É preciso que as outras instituições operem. A sociedade civil precisa se mobilizar para cobrar, as empresas privadas precisam se auto-organizar para evitar pagamentos de corrupção."

O juiz afirmou ser esse o motivo por ter aceitado fazer algumas palestras em empresas. "Se as corrupções não são enfrentadas elas tendem a ficar pior".

Antes de Moro iniciar a sua fala, todos os telefones, gravadores e câmeras tiveram que ser desligados. Uma equipe de seguranças monitorava a plateia.

Colaborou BELA MEGALE, de São Paulo

30 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Governo defende Lei do Direito de Resposta

**Manifestação foi
enviada ao Supremo**

Em manifestações enviadas ao STF (Supremo Tribunal Federal), o governo defendeu que seja declarada a constitucionalidade da Lei de Direito de Resposta, que estabelece rito especial na Justiça para contestar publicações dos órgãos de imprensa.

As considerações foram divulgadas nesta terça-feira (29) nas ações movidas pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa) que questionam a legalidade da nova norma.

Em dezembro de 2015, o ministro Dias Toffoli concedeu uma decisão provisória (liminar) na ação apresentada pela OAB, suspendendo artigo da lei que exigia uma decisão colegiada de desembargadores para barrar eventuais decisões de primeira instância favoráveis à publicação de respostas pelos meios de comunicação.

O ministro do STF entendeu que o artigo questionado “incorre em patente vício de inconstitucionalidade” pois dá a juízes de 1ª instância maior poder do que os desembargadores dos tribunais de Justiça. Para a Advocacia-Geral da União, não há irregularidade.

A exigência de colegiado para a suspensão de direito de resposta é um dos principais pontos questionados pelas associações representantes dos meios de comunicação sob o argumento de que ela acarreta dificuldade injustificável ao direito de defesa das empresas de comunicação.

30 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

DEPUTADO É

ALVO

Apresentador
Gilberto Ribeiro
é investigado
pelo Gaeco, que
fez buscas no
gabinete dele

Lucas Seixas
lucas@tribunadoparana.com.br

Equipes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) amanheceram batendo às portas de gabinetes da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), na manhã de ontem. Desde as primeiras horas do dia, foram cumpridos mandados de busca e apreensão e o principal alvo da ação é o deputado Gilberto Ribeiro (PRB). Segundo o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, os mandados de busca e apreensão foram cumpridos a pedido da procuradoria de Justiça. "A suspeita é de que haja um desvio do dinheiro de salário dos funcionários", explicou a Tribuna do Paraná.

O trabalho do Gaeco não é exatamente uma operação, mas apenas cumprimentos dos mandados de busca e apreensão. Além do gabinete de Gilberto Ribeiro, outro local na Alep, que não foi informado pelo Gaeco, e duas residências, também foram vistoriados. O objetivo da ação foi apreender documentos, computadores e comprovantes bancários. De acordo com Batisti, apesar de haver a suspeita, nada ainda está provado.

DESVIO DE SALÁRIOS

No ano passado, uma matéria da *Gazeta do Povo* denunciava que duas ex-funcionárias do deputado estadual o acusam de reter parte do salário de pessoas que trabalham no gabinete dele na Alep. Em depoimento ao Ministério Público Estadual (MP), uma delas admitiu que devolvia diretamente a Gilberto Ribeiro mais da metade da remuneração mensal. A funcionária autorizou a quebra do próprio sigilo bancário para comprovar a suposta irregularidade. Do salário líquido de R\$ 5,4 mil recebidos por ela, conforme dados do Portal da Transparência, a mulher declarou que ficava com R\$ 2,2 mil. O restante era sacado no caixa eletrônico e devolvido ao próprio Gilberto Ribeiro. O parlamentar nega a acusação.

DEFESA

Em nota, a assessoria de imprensa do deputado informou que ele está "dando total colaboração aos fatos" e disponibilizou às autoridades agendas, fichas financeiras, planilhas, holerites e registros documentais. O desvio de verba foi negado pela assessoria, que ressaltou que Gilberto é a favor de qualquer investigação. Na tribuna da Assembleia na tarde dessa terça, o deputado disse esperar que a verdade e a justiça prevaleçam, e contou que os policiais apreenderam R\$ 1,7 mil que estavam com ele. O dinheiro, de acordo com Gilberto, foi sacado no dia anterior para o pagamento de compromissos.

30 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

"Escusa", diz Moro

Áudios polêmicos

AE - Brasília



Em ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF), o juiz Sérgio Moro (foto), pediu "escusas" à Corte e disse que a divulgação de áudios do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teve intuito "político-partidário". A manifestação foi encaminhada ao ministro Teori Zavascki, que solicitou esclarecimentos a Moro ao determinar a remessa das conversas de Lula ao Supremo. "O levantamento do sigilo não teve por objetivo gerar fato político partidário, polêmicas ou conflitos, algo estranho à função jurisdicional, mas, atendendo ao requerimento do MPF, dar publicidade ao processo e especialmente a condutas relevantes do ponto de vista jurídico e criminal do investigado", escreveu o juiz. Na peça, Moro admite que pode ter "se equivocado em seu entendimento jurídico" ao dar publicidade ao material, mas comenta cada uma das gravações divulgadas e justifica sua decisão.

"Ainda que este julgador tenha se equivocado em seu entendimento jurídico e admito, à luz da controvérsia então instaurada que isso pode ter ocorrido, jamais, porém, foi a intenção desse julgador, ao proferir a aludida decisão de 16/03, provocar polêmicas, conflitos ou provocar constrangimentos, e, por eles, renovar minhas respeitadas escusas a este Egrégio Supremo Tribunal Federal", escreveu Moro. Em 31 páginas, Moro argumenta que a interceptação telefônica estava amparada na lei e tinha "foco exclusivo" nas condutas de Lula e outras pessoas que não possuem foro privilegiado. Segundo o juiz, os diálogos do ex-presidente com autoridades que possuem foro privilegiado, como a presidente Dilma Rousseff, foram "colhidos fortuitamente". A divulgação, segundo ele, só foi feita com relação ao material que possui conteúdo "jurídico-criminal relevante" por revelarem tentativas de Lula obstruir a justiça.

RECVOU

Menos de uma hora depois da convenção do PMDB que decidiu pelo desembarque do governo, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deu sinalizações de que não deseja que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff tenha continuidade. "Eu acho que, se esse processo chegar ao Senado, e espero que não chegue, nós vamos juntamente com o Supremo definir o calendário", afirmou Renan, respondendo sobre os prazos que podem ser adotados no Senado caso o processo seja autorizado pela Câmara dos Deputados. De acordo com ele, a Constituição determina que o processo tramite em até seis meses na Casa. Quando questionado sobre a razão pela qual não gostaria que o processo chegasse ao Senado, Renan desconversou e preferiu se retirar. (AE)

30 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça confirma que Vila Capanema é da União

Paraná ainda pode recorrer da decisão até o dia 14

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) confirmou que a União é a legítima proprietária do terreno onde fica a Vila Capanema. Entretanto, o Paraná teria direito a uma indenização pelas benfeitorias realizadas no local desde 1971, mas ainda pode recorrer da decisão até o dia 14 de abril.

“O TRF4 confirmou ser a União a legítima proprietária do Estádio Durrival de Brito e Silva, do Paraná Clube, em Curitiba. Entretanto, deu parcial provimento ao recurso da entidade, condicionando a devolução do imóvel ao pagamento de indenização pelas benfeitorias realizadas desde 1971”, afirma parte do texto.

A decisão foi tomada por três desembargadores e todos votaram contra o Tricolor. O desembargador Ricardo Teixeira do Valle Pereira sugeriu que a indenização ao Paraná fosse de R\$ 1 milhão, mas a desembargadora Marga Inge Barth Tessler discordou do valor. Uma nova avaliação deve ser feita para decidir quanto o clube deve receber caso realmente seja derrotado no caso. O Tricolor ainda tem mais duas instâncias para entrar com um recurso: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em último caso, o Supremo Tribunal Federal (STF). (Banda B) ●

Justiça suspende repasse e obras podem parar

A Justiça Federal informou nesta terça-feira que mandou suspender os repasses da Caixa Econômica Federal (CEF) ao consórcio responsável pela área norte do Complexo Esportivo de Deodoro e, faltando 128 dias para o início da Olimpíada do Rio, as obras correm o risco de ser interrompidas.

A suspensão dos pagamentos atendeu o pedido da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério Público Federal (MPF), que suspeitam de fraude na documentação apresentada pelas construtoras Queiroz Galvão e OAS, parceiras no consórcio.

O grupo foi o único a apresentar proposta para execução das obras na área norte do Complexo de Deodoro. A licitação foi vencida em junho de 2014 ao custo de R\$ 643,7 milhões. O valor do repasse bloqueado não foi informado pela Justiça Federal porque o processo tramita sob sigilo. (AE) ●

30 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro pede desculpas ao STF por grampos



O juiz Sérgio Moro, que conduz a Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal, enviou ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) no qual pede "respeitosas escusas" à Corte por ter retirado o sigilo das escutas telefônicas envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e autoridades, incluindo

a presidente Dilma Rousseff. No despacho em que liberou as gravações, Moro afirmou que, "pelo teor dos diálogos degradados, constata-se que o ex-Presidente já sabia ou pelo menos desconfiava de que estaria sendo interceptado pela Polícia Federal, comprometendo a espontaneidade e a credibilidade de diversos dos diálogos". ■

Gaeco cumpre mandados contra Gilberto Ribeiro

Equipes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriram quatro mandados de busca e apreensão na manhã desta terça-feira (29), em Curitiba. De acordo com coordenador estadual Leonir Batisti, a ação mira o deputado **Gilberto Ribeiro** (PRB/foto). Por meio de nota, a assessoria de imprensa de Ribeiro informou que o político está dando total colaboração aos fatos.

Dois mandados foram cumpridos em gabinetes dentro da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), um na residência dele e outro na casa da secretária do parlamentar Leila Cristiane Soriane. ■



30 MAR 2016

METRO Justiça confirma que Vila é da União

Litígio. Desembargadores sugerem que clube seja indenizado, mas caso ainda vai se arrastar

O TRF4 (Tribunal Regional da 4ª Região) confirmou, na última segunda, o parecer de que a União deve reintegrar a posse do terreno onde está o estádio Durival de Britto.

Apesar da derrota jurídica, os três desembargadores que votaram no caso consideram que o Paraná tem direito a ser indenizado pelas benfeitorias feitas no local, embora discordem quanto aos valores.

O desembargador Ricardo Teixeira do Valle Pereira sugeriu o pagamento de R\$ 1,1 milhão. O valor foi contestado com o argumento de que deve ser feita uma nova perícia no local, embora não haja garantias que isso favoreça o Paraná. Apesar disso, o clube pode recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal) se desejar.

30 MAR 2016

METRO

Gaeco faz buscas em gabinete de deputado

Assembleia. Denúncia é de que Gilberto Ribeiro (PSB) teria se apropriado de salários de funcionários comissionados

O Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) cumpriu ontem pela manhã quatro mandados de busca e apreensão contra o deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB). O braço do Ministério Público busca provas de que o parlamentar estaria realmente se apropriando de salários de funcionários comissionados contratados por ele.

De acordo com o coordenador do Gaeco, Leonir Basti, o caso surgiu a partir de uma denúncia feita por uma ex-funcionária no ano passado, mas outros indícios também teriam aparecido posteriormente. Ontem foram revistadas a casa do deputado e de uma funcionária sua, além do seu gabinete na Assembleia e a 3ª secretaria da Casa, que é comandada por Ribeiro.

De acordo com a denúncia da ex-funcionária, ela 'devolvia' mensalmente cerca de R\$ 3 mil ao deputado. Outros servidores fariam a mesma coisa, disse ela ao MP.

'Voto de confiança'

Ontem o deputado se defendeu em pronunciamento no plenário e negou ter recebido quaisquer valores.

"A investigação do MP é necessária, mas eu peço que as pessoas que conhecem a história do Gilberto Ribeiro que deem um voto de confiança".

Segundo ele foram apreendidos R\$ 1,7 mil em sua casa ontem, recursos que são parte do seu pagamento do canal de televisão em que apresenta um programa policial.

O deputado também disse que aceitaria se afastar do programa, se isto for do interesse da diretoria da empresa. Ontem ele não esteve à frente do programa.

Apoio do colega

Também em pronunciamento ontem, o deputado Hussein Bakri (PSB) disse 'prestar solidariedade' ao colega de Assembleia, pela 'sua longa história'.

Já o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB) afirmou que por enquanto não cabe à Assembleia Legislativa investigar o caso, mas apenas ao Ministério Público. Ainda segundo Traiano, o Conselho de Ética só pode analisar um possível a denúncia caso seja provocado.



THIAGO
MACHADO
METRO CURITIBA

30 MAR 2016

METRO

Moro pede desculpas ao STF por divulgar ligações de Lula

Lava Jato. Em ofício, juiz diz que não quis “gerar fato político-partidário” e que não há provas de que políticos com foro obstruíram investigação

O juiz Sérgio Moro enviou ontem um ofício ao relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Teori Zavascki, pedindo “respeitosas escusas” pelas “polêmicas e constrangimentos desnecessários” causados pela divulgação de dezenas de conversas do ex-presidente Lula, no último dia 16.

O magistrado afirma que “não teve por objetivo gerar fato político-partidário, polêmicas ou conflitos”, mas reconhece que isso pode ter atingido inclusive a presidente Dilma.

“No momento [da liberação das gravações], de fato, não [foram] percebidos eventuais e possíveis reflexos para a própria Exma. Presidente da República”, escreveu Moro, que considerou que “a Justiça e o interesse público

seriam melhor servidos com a publicidade do processo”.

Moro citou vários diálogos que sugerem que Lula tentou obstruir as investigações da Lava Jato. As conversas envolveram ministros, parlamentares e a própria Dilma, que têm prerrogativa de foro. Moro explica, porém, que publicou as escutas porque o investigado é Lula, que não tem o privilégio judicial, e não há indício de real obstrução da Justiça por parte dos políticos com quem o petista falou.

“Não há provas de que estas [as autoridades com foro privilegiado] teriam efetivamente cedido às solicitações indevidas do ex-presidente”, escreveu o juiz.



RAFAEL NEVES
METRO CURITIBA

30 MAR 2016

BEMPARANÁ

Projeto promove 6 casamentos coletivos

Casais das cidades de Ortigueira, Imbaú poderão oficializar sua relação, gratuitamente, em uma grande cerimônia coletiva hoje. Amanhã e na sexta-feira serão casais de Jaguariaiva, Ibaiti, Ventania e Tibagi. No total, 355 pares participarão do "Dia do Sim", como parte do projeto "Irpen na Comunidade", realizado pelo Instituto do Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná (Irpen-PR) em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) e o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (Funarpen) há um ano e meio.

De acordo com o diretor de registros de títulos e documentos da Anoreg-PR e presidente do Irpen-PR, Arion Cavalheiro, o projeto é uma demonstração da preocupação dos cartórios em cumprir o seu papel social e apoiar a população. "Muitos desses casais aguardam anos pela oportunidade de casar oficialmente, especialmente porque nem sempre podem arcar com os custos", explica. Foi com esse pensamento que, até outubro de 2015, o "Irpen na Comunidade" promoveu mais de 4 mil uniões legais.

Todos os participantes do Dia do Sim residem nas cidades dos eventos, são de diferentes faixas etárias e ninguém terá que desembolsar alguma quantia para participar da cerimônia. Cavalheiro conta que o casamento coletivo tem como objetivo dar oportunidade a todos, em um grande momento de realização.

Normalmente, são conversões de união estável em casamento, ou seja, pessoas que já vivem juntas e buscam regularizar sua situação.

Nas cidades de Ortigueira e Ibaiti, a cerimônia será oficializada por um Juiz de Paz. Já em Imbaú, Jaguariaiva, Ventania e Tibagi, será um juiz de direito.

O casamento coletivo contribuiu no aumento do número de casais registrados nos últimos anos. De acordo com um levantamento realizado pela Anoreg-PR, entre 2010 e 2014, a procura pela união aumentou 21%. O projeto "Irpen na Comunidade" já percorreu cerca de 70% do Paraná.

30 MAR 2016

BEMPARANÁ

Empresa consegue inverter ônus da prova em ação de indenização

Uma empresa do Paraná, do setor agroindustrial, conseguiu reverter o ônus da prova em uma ação de indenização contra uma empresa de consultoria de contabilidade. A ação foi proposta após a empresa registrar prejuízo de R\$ 150 mil proveniente da má prestação de serviços de compensação de créditos tributários realizados pela consultoria, perante a Receita Federal. O contrato entre as empresas durou dois anos.

Na ação o relator do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) aplicou o artigo 2.º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), por entender

tratar-se de relação de consumo. "A partir dessa decisão, a prova será produzida e a sentença será proferida para arbitrar o valor da indenização à empresa agroindustrial", relata o advogado do caso, Cezar Augusto Cordeiro Machado, da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro.

Segundo ele, o entendimento de aplicar o CDC em relações entre empresas, quando há a prestação de serviço, ainda é incomum nos tribunais. "Durante muito tempo os tribunais não aplicavam o CDC. Agora é que percebe-

mos mudanças nas decisões de casos como esse, dependendo da análise de cada caso concreto, é claro", observa.

Para o relator do processo, a pessoa jurídica torna-se destinatário final quando enfrenta o mercado de consumo em condições de vulnerabilidade, mesmo que o bem seja destinado para fins econômicos. "Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, estando a parte em posição de vulnerabilidade, seja ela técnica, jurídica, ou econômica, trata-se de relação de consumo, cabível assim, a aplicação do CDC", decidiu o relator.

O que muda com o novo CPC?

O novo Código do Processo Civil (Lei 13.105/15), que entrou em vigor no último dia 18, levanta muitas discussões, entre elas o tratamento dado à jurisprudência, que historicamente é apontada como uma das responsáveis pela instabilidade do direito brasileiro, pois abre brechas para diferentes entendimentos em questões idênticas, conforme explica o advogado e sócio da Andersen Ballão Advocacia, Frederico Ricardo de Ribeiro e Lourenço.

O fato é que a nova legislação deve contribuir com a uniformização das decisões judiciais, simplificando o atual sistema processual civil brasileiro, além de evitar recursos desnecessários. "Tem ocorrido uma

espécie de desvirtuamento, uma vez que instâncias judiciais superiores são sobrecarregadas com temas e processos repetidos. Decisões antigas ou dessemelhantes também acabam sendo aplicadas para casos novos e sem uma identidade efetiva", completa.

O especialista em Direito Civil comenta que, nos últimos anos, observam-se tentativas de homogeneização das decisões judiciais e cita como exemplo as alterações legislativas, que instituíram mecanismos destinados a impedir que os tribunais superiores (STJ e STF) tenham que analisar temas já decididos e sedimentados por eles.

Segundo Lourenço, o novo

CPC traz consigo a necessidade de uniformização da jurisprudência pelos tribunais (art. 926), além de apresentar um rol nominativo de quais decisões deverão ser observadas (em ordem de importância – art. 927) e quando tais deliberações necessitarão portar um conteúdo mínimo para que sejam consideradas um precedente.

"Essa iniciativa do NCPC está embasada nas chamadas *Stare Decisions* da *Common Law* (direito aplicável em países de tradição anglo-saxônica) e, aparentemente, vem funcionando adequadamente ao operar a estabilização de conflitos em seus sistemas", finaliza.

30 MAR 2016

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

O "Impeachment" e o golpe

*Jônatas Pirkiel

As questões jurídicas sempre comportam grandes discussões e teses sobre os assuntos tratados. O que é normal no mundo do conhecimento e da capacidade das pessoas entenderem o mundo. Dentre estas questões, o pedido de "impedimento" da presidente da República vem causando grandes controvérsias e decorre da instabilidade política vivida pelo país, num momento onde as instituições, certas ou não, estão cumprindo os seus papéis institucionais.

Podem alguns, até não concordar com o "impeachment", se ele for aprovado, mas tentar resolver esta "questão" sobre outra ótica é, no mínimo, atentar contra a ordem democrática. Entender que um processo que segue o seu rito legal, submetido inclusive à mais alta Corte de Justiça, que estabeleceu o rito que está e que deverá ser seguido, é golpista, não passa do direito de espernear, o "jus sperniandi" do direito romano. Diga-se, inclusive que o Supremo alterou o entendimento para a definição do rito, muito favoravelmente à presidente.

Pois o entendimento que se tem é que a Câmara dos Deputados é que pode ou não admitir o pedido, cabendo ao Senado da República tão só e exclusivamente processá-lo. Com a modificação introduzida pelo Supremo, o Senado passa a ter o "poder" de rejeitar o pedido, o que não está previsto na Constituição. Desta forma, o processo deve passar pela Câmara com aprovação de maioria de 2/3 dos votos e ser admitido pelo Senado, neste caso com maioria simples de voto.

Admitido o pedido, afastada a presidente temporariamente (180 dias), o processo será apreciado pelo Senado, sob a presidência do Ministro-presidente do Supremo Tribunal, e para que ocorra a sua aprovação devem votar 54 Senadores, ou seja, maioria de 2/3.

Chamar este tipo de procedimento de "golpista" é, no mínimo, motivo de "escárnio". Já tivemos recentemente o presidente sendo "declarado impedido" sob a acusação de ter recebido uma "Elba", no valor de 22 mil reais à época. Hoje, afundado o país na maior corrupção do mundo, onde foram subtraídos do país mais de 40, 50...100 bilhões de dólares (ninguém tem este número certo), o país fica parado para discutir uma coisa que já teria que ter sido resolvido há mais de ano.

Ainda assim, sempre existirão os juristas que vão discordar do procedimento, enquanto outros vão caminhar ao lado da ordem institucional e democrática.

*O autor é advogado criminalista
(jõnataspirkiel@terra.com.br)

30 MAR 2016

BEMPARANÁ

Gaeco faz busca e apreensão em gabinete de deputado

“Não cabe a nós fazer a investigação. Ela é mais na área de competência do Ministério Público”.

do presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB)

Gilberto Ribeiro (PSB) é acusado de ficar com parte dos salários de funcionários; parlamentar nega

Ivan Santu...

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual fez ontem uma operação de busca e apreensão no gabinete do deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB) na Assembleia Legislativa. Ele é acusado de ficar com parte dos salários de funcionários. Ribeiro nega as acusações.

Além da Assembleia, as buscas foram realizadas também em outros dois imóveis, entre eles a residência do parlamentar. “Vários mandados na Assembleia, no gabinete, na terceira secretaria, ligado ao deputado. A investigação é sobre devolução de valores, apropriação de valores de servidores e é centrada no gabinete”, explicou o coordenador do Gaeco, procurador Leonir Batisti.

O objetivo da ação foi apreender documentos, computadores e comprovantes bancários. A investigação teve origem em depoimentos de duas ex-funcionárias de Ribeiro, que disseram que eram obrigadas a devolver a ele metade de seus salários. Uma das servidores chegou a afirmar que devolvia o dinheiro pessoalmente ao deputado. Ela autorizou a quebra de seu sigilo bancário para confirmar a denúncia.

Ribeiro não quis falar com a imprensa na sessão de hoje da Assembleia Legislativa. Limitou-se a negar as acusações em uma nota divulgada pela sua assessoria e em um curto pronunciamento na tribuna do plenário da Casa. O parlamentar alegou que suas únicas fontes de renda são o salário de deputado e da TV Independência, onde apresenta um programa policial.

“Peço que me dêem um voto de confiança. Nas redes sociais as pessoas lêem a manchete e já vem a condenação”, alegou, sem entrar no mérito das acusações. Ribeiro alegou que o Gaeco apreendeu R\$ 1,7 mil em dinheiro, em sua residência, que ele havia sacado um dia antes. Afirmou que o dinheiro se tratava de pagamento de comissão pelo trabalho na TV. Ele admitiu ainda se afastar do programa enquanto a investigação estiver em curso. “Tudo o que passa na minha conta é fruto do meu trabalho como deputado e na TV”, garantiu.

O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), disse que a Casa não deve investigar as denúncias. “Não cabe a nós fazer a investigação. Ela é mais na área de competência do Ministério Público”, alegou. Traiano afirmou que Ribeiro também não deve ser removido

do cargo de terceiro vice-presidente do Legislativo. “O cargo dele é eleito. Qualquer possibilidade de destituição do cargo tem que ser analisada. Mudança só por uma nova eleição. Pelo menos enquanto não tenhamos um julgamento final, qualquer mudança é impossível fazer”, justificou.

Precedente – A acusação contra Ribeiro é a segunda nessa legislatura contra um deputado estadual. No ano passado, o Ministério Público denunciou o presidente do Conselho de Ética da Assembleia, deputado pastor Edson Praczyk (PRB), também por supostamente ficar com parte dos salários de funcionários de seu gabinete.

CONTINUA

30 MAR 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

De acordo com a denúncia, ele teria contratado uma fiel da igreja onde é pastor como funcionária fantasma da Assembleia no período de 2001 a 2003. Segundo o MP, Praczyk e um assessor - Luis Alberto de Lima, teriam desviado cerca de R\$ 34 mil, pagos a título de remuneração salarial a esta funcionária fantasma. Lima teria pedido os documentos da mulher que passava por uma crise financeira com o pretexto de "abençoá-los". Com a documentação, eles teriam feito procurações e movimentado contas bancárias em nome da funcionária. Ao longo de cinco anos, ela teria sido nomeada e exonerada por três vezes. Segundo o site do TJ, o processo está nas mãos do desembargador Jorge de Oliveira Vargas, que pediu vistas ao processo.

Em outubro do ano passado, a Justiça mandou bloquear R\$ 308.403,60 dos bens do deputado e do funcionário. O bloqueio foi feito a pedido do MP para garantir o ressarcimento dos cofres públicos

30 MAR 2016

BEMPARANÁ

Pesquisa

A advocacia brasileira tem até o dia 31 de março para enviar suas sugestões e críticas para a pesquisa sobre a regulamentação do Novo CPC. Após colher as sugestões da classe, a OAB encaminhará as manifestações ao CNJ de forma organizada e sistematizada.

Congresso

O advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto será homenageado no 6º Congresso Brasileiro de Direito Comercial, que acontece nos dias 7 e 8 de abril, em São Paulo. Ele foi escolhido para ser o jurista homenageado do evento e vai proferir a palestra de abertura intitulada "O Direito Comercial no Brasil de hoje".
Informações: <http://www.congresso.direitocomercial.org.br/>

Diretoria

A Associação Brasileira de Recursos Humanos do Paraná - ABRH-PR, que acaba de completar 50 anos, empossou a sua nova diretoria para a gestão 2016/2018. Os novos diretores são: Susane Zanetti (presidente), Rodrigo Titon (vice-presidente) e Paulo Moacir (vice-presidente financeiro),

1/2 pensão

Se duas mulheres comprovam a união estável com o mesmo homem, a pensão por morte pode ser dividida. O entendimento é da 10ª Turma do TRF da 3ª Região.

Competição

Estudantes de Direito da Universidade Positivo (UP) estiveram em Viena, na Áustria, para a maior competição de arbitragem simulada do mundo, o 23º Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot. A competição, que ocorreu entre 18 e 24 de março, reuniu mais de 311 universidades do mundo em simulações que reproduziam uma audiência em uma arbitragem internacional. Pela primeira vez, a Universidade Positivo passou para a fase eliminatória, ficando entre as 32 melhores equipes do mundo.

30 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça aceita denúncia contra cartel de trens em São Paulo

A Justiça de São Paulo aceitou denúncia contra sete executivos das empresas Alstom e CAF, acusados pelo Ministério Público de participação no cartel de trens que operava na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), durante o governo de José Serra (PSDB).

A decisão é da juíza Roseane Cristina de Aguiar Almeida, da 28ª Vara Criminal da capital. Os sete acusados terão prazo de dez dias para responder à acusação, por escrito, e para arrolar testemunhas.

Da Alstom, os executivos Antonio Oporto Del Olmo, Cesar Ponce de Leon, Isidro Ramon Fondevilla Quinonero, Luiz Fernando Ferrari e Wagner Tadeu Ribeiro, foram denunciados pelo Ministério Público-SP por crime contra a ordem econômica. Da CAF, Agenor Marinho Contente Filho e Guzmán Martín Diaz foram denunciados por crime contra a ordem econômica e contra a administração pública.

Segundo a denúncia do promotor Marcelo Mendroni, em setembro de 2009, os denunciados passaram a discutir a divisão do escopo do projeto de aquisição e manutenção dos trens da CPTM. Para o promotor, os acusados formaram um cartel para evitar concorrência e direcionar a licitação, violando a lei da livre concorrência.